



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000441621

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1003043-50.2024.8.26.0627, da Comarca de Teodoro Sampaio, em que é apelante CLEIDE DO CARMO FONSECA REINALDO, é apelado CONAFER - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREEND. FAM. RURAIS DO BRASIL.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma II (Direito Privado 1) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores TASSO DUARTE DE MELO (Presidente sem voto), GUILHERME SANTINI TEODORO E JOSÉ PAULO CAMARGO MAGANO.

São Paulo, 7 de maio de 2025.

JOÃO BATTAUS NETO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Apelação nº 1003043-50.2024.8.26.0627

Apelante: Cleide do Carmo Fonseca Reinaldo

**Apelado: Conafer - Confederação Nacional dos Agricultores
Familiares e Empreend. Fam. Rurais do Brasil**

Ação: Apelação Cível - Associação com Revisão

Origem: Foro de Teodoro Sampaio (Vara Única)

Juíza de 1ª instância: Maiara Leite Cardoso Kravchychyn

Voto nº 3877

APELAÇÃO – ASSOCIAÇÕES – Alegação de desconto indevido em benefício previdenciário – Sentença parcialmente procedente – Recurso da parte autora que busca a condenação do réu por danos morais e majoração dos honorários advocatícios.

DANO MORAL – Descontos indevidos no benefício previdenciário da consumidora, de natureza alimentar e voltado à garantia da subsistência da beneficiária - Reparação arbitrada em R\$ 5.000,00 que atende aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – Fixação por equidade do valor de R\$ 300,00 na origem, equivalente a valor irrisório – arbitramento que merece reparo, de modo a preservar a digna remuneração aos serviços advocatícios – Valor ajustado para R\$ 1.000,00 que se mostra razoável, considerando a simplicidade da causa e os critérios tipificados no § 2º do art. 85 do CPC. RECURSO PROVIDO.

Trata-se de apelação interposta contra a r. sentença de fls. 64/69, cujo relatório se adota, que julgou parcialmente procedente o pedido da autora para: a) declarar inexigíveis os descontos objeto dos autos, determinando a sua imediata cessação; b) condenar a requerida a devolução dos valores indevidamente descontados do benefício previdenciário da parte autora, de forma dobrada; c) condenar as partes no pagamento das custas e despesas processuais na proporção de 50% para cada uma; d) condenar a parte requerida ao pagamento de honorários advocatícios ao procurador da parte requerente, arbitrados em R\$ 300,00.

A parte autora busca a reforma do *decisum* monocrático, sustentando que: a) o réu deve ser condenado ao pagamento de indenização por danos morais, em razão do desconto abusivo realizado em seu benefício previdenciário, de caráter alimentar; b) o valor dos honorários merece reparo, devem observar a tabela recomendada pelo Conselho Seccional da OAB; c) os valores descontados devem ser devolvidos de forma dobrada.

Tempestiva e dispensada de preparo em razão do deferimento da justiça gratuita (fls. 53/54), não foram apresentadas contrarrazões.

É a síntese do necessário.

A controvérsia recursal reside na análise de ocorrência de circunstância que justifique a condenação do réu a título de indenização por danos morais e ao pagamento de honorários advocatícios fixada na sentença.

De início, os descontos no benefício previdenciário da autora são incontroversos (fls. 33/52), o réu, revel, não apresentou contestação e não logrou êxito em comprovar a legitimidade dos débitos mensais realizados, nenhum contrato ou termo de adesão foi acostado para provar a validade dos descontos.

Restou confirmada, portanto, a prática abusiva do réu por efetuar débitos indevidos e não autorizados sobre o benefício previdenciário da parte autora, destinado à sua sobrevivência.

Nessa linha, evidente a natureza alimentar do benefício sobre o qual foram efetuados os descontos, voltado para garantia da subsistência da apelante, sendo certo que os débitos geraram dissabor passível de ser indenizado a título de danos morais.

Quanto ao dano moral, algumas considerações são necessárias. Segundo entendimento esposado pelo festejado Prof. Limongi França, dano moral é aquele que, direta ou indiretamente, a pessoa, física ou jurídica, bem assim a coletividade, sofre no aspecto não econômico de seus bens jurídicos (apud in *Reparação do Dano Moral*, in RT 631, p. 31), seguindo nesta esteira escorreita lição de Andréa Torrente, para quem o dinheiro (que o juiz passa às mãos da vítima não é um fim em si, mas meio de propiciar através dele, ao lesado, maneiras diversas de distrações e lenitivos capazes de lhe diminuir a angústia ou o cruciante peso da dor (apud in Cristiano Almeida Leite, *Dano Moral*, 1993, Rio, Aide, p. 38), cuja

visão não discrepa da doutrina alienígena, segundo se pode auferir das palavras de Roberto Brebbia, ao referir que a indenização do dano moral paga em dinheiro, além de possuir natureza compensatória, também é satisfatória: em la impossibilidad de tasarse en metálico el perjuicio sufrido, la norma ordena el pago de una suma de dinero al damnificado para que este pueda proporcionarse una satisfacción equivalente al desasosiego sufrido (apud In El Daño Moral, Buenos Aires, Ed. Bibliográfica Argentina, p. 69).

Todavia, contendo a ânsia de compensar o mal causado, deve o julgador ser prudente e comedido, evitando que tão nobre instituto seja transformado em fonte de enriquecimento ou abusos de toda sorte, levando em consideração, quando de sua fixação, o estado de quem o recebe, as condições de quem paga, e a intensidade ou extensão do dano.

Na delicada seara do arbitramento do valor devido a título de dano moral, o Eg. Tribunal de Justiça de São Paulo, por sua Colenda 2ª Câmara de Direito Privado, já entendeu que a indenização por dano moral é arbitrável mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o autor da ofensa. Deve, por isso, adequar-se à condição pessoal das partes, para que não sirva de fonte de enriquecimento da vítima, nem agrave, sem proveito, a obrigação do ofensor (JTJ 243/98).

Nesta esteira, é farta a criação

jurisprudencial pátria; confira-se RT 744/255, JTACivSP 189/198, JTJ 240/246, RT 742/320, RJTJESP 137/187, JTJ 174/49, JTJ 239/111.

Ademais, o Colendo Superior Tribunal de Justiça, apreciando a questão, decidiu que:

Embora a avaliação dos danos morais para fins indenizatórios seja das tarefas mais difíceis impostas ao magistrado, cumpre-lhe atentar, em cada caso, para as condições da vítima e do ofensor, o grau de dolo ou culpa presente na espécie, bem como os prejuízos morais sofridos pela vítima, tendo em conta a dupla finalidade da condenação, qual seja, a de punir o causador do dano, de forma a desestimulá-lo à prática futura de atos semelhantes, e a de compensar o sofrimento indevidamente imposto, evitando, sempre, que o ressarcimento se transforme numa fonte de enriquecimento injustificado ou que seja inexpressivo a ponto de não retribuir o mal causado pela ofensa. (quando do julgamento do AI 163.571/MG, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, j. em 09.02.99, DJU de 23.12.99, p. 71).

O entendimento jurisprudencial vem sinalizando que a indenização por dano moral deve ser arbitrada moderada e equitativamente, para que se não converta o sofrimento em móvel de captação em lucro (Ap. c/revisão 507.724, 2ª Câmara, Rel. Juiz Gilberto dos Santos, j. em 09.03.98). No mesmo sentido: Ap. c/revisão 512.917, 5ª Câmara, Rel. Juiz Luís de Carvalho, j. em 17.06.98; Ap. s/revisão 521.812, 5ª Câmara, Rel. Juiz Luís de Carvalho, j. em 04.11.98; Ap. c/revisão 503.666, 12ª Câmara, Rel. Juiz Diogo de Salles, j. em 15.12.97.

Centrado nestes parâmetros, entendo viável a fixação de indenização em valor de R\$ 5.000,00, suficiente para atender aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

A quantia arbitrada será atualizada a partir desta data (Súmula 362 STJ), segundo o comando previsto no artigo 389 do Código Civil. Os juros de mora de 1% ao mês incidem desde o evento danoso (Súmula 54 STJ), observando-se que a partir de 30/08/2024 passam a ser contados segundo o comando previsto no artigo 406 do Código Civil.

Nesse mesmo sentido, a jurisprudência deste E. Tribunal de Justiça:

Direito civil. Apelação. Ação declaratória de inexistência de débito. Repetição de indébito. Indenização por danos morais. Parcial provimento. I. Caso em Exame - ação declaratória de inexistência de débito cumulada com pedidos de repetição de indébito e indenização por danos morais proposta pelo apelante em face da associação apelada. Sentença de primeiro grau julgou parcialmente procedente o pedido. O autor apela buscando indenização por danos morais devido a descontos indevidos em benefício previdenciário. II. Questão em Discussão - a questão em discussão consiste em aferir (i) a ocorrência de danos morais em razão dos descontos indevidos no benefício previdenciário do autor; (ii) a fixação do valor da indenização por danos morais. III. Razões de Decidir - Demonstrados os descontos indevidos no benefício previdenciário do autor, configurando dano moral "in re ipsa". A revelia da ré induz a presunção de veracidade dos fatos

alegados pelo autor, não havendo impugnação da tese autoral. IV. Dispositivo e Tese - recurso parcialmente provido. Tese de julgamento: 1. Descontos indevidos em benefício previdenciário configuram dano moral "in re ipsa". 2. Indenização por danos morais fixada em R\$ 4.000,00, com juros de mora desde o primeiro desconto indevido e correção monetária desde a data do arbitramento. Sentença parcialmente reformada - recurso parcialmente provido - (TJSP; Apelação Cível 1001446-44.2024.8.26.0466; Relator (a): Jane Franco Martins; Órgão Julgador: 2ª Câmara de Direito Privado; Foro de Pontal - 1ª Vara; Data do Julgamento: 18/02/2025; Data de Registro: 18/02/2025).

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA E INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. ASSOCIAÇÃO. DESCONTO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. Sentença de parcial procedência para declarar a inexistência de relação jurídica e a inexigibilidade do débito, com a condenação à devolução dobrada dos valores pagos. Insurgência do autor quanto à improcedência do pedido de compensação por danos morais. Dano moral caracterizado. O autor sofreu desgastes em razão de descontos indevidos, com privação de seu patrimônio. Arbitra-se a compensação em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), valor razoável e proporcional na espécie, levando-se em consideração as circunstâncias particulares do caso em análise. Correção monetária desde o arbitramento e juros moratórios a partir do

*primeiro desconto indevido (Súmula 54, STJ).
Recurso provido. (TJSP; Apelação Cível
1003887-83.2024.8.26.0664; Relator (a): Alberto
Gosson; Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito
Privado; Foro de Votuporanga - 4ª Vara Cível; Data do
Julgamento: 17/02/2025; Data de Registro:
17/02/2025)*

A respeito da condenação do réu ao pagamento de honorários advocatícios, pontua-se que no presente caso, a fixação dos honorários no valor de R\$ 300,00 implica em valor insignificante, encerrando nítida violação à dignidade da profissão de advogado.

Destaca-se que a legislação processual em vigor objetiva impedir a fixação de honorários advocatícios irrisórios, motivo pelo qual, em cada caso, há de ser valorizada e preservada a justa remuneração devida ao advogado pelos serviços prestados.

Ressalte-se não haver obrigatoriedade na aplicação da tabela de honorários do Conselho Seccional da OAB tendo em vista que ela constitui mero referencial a fim de nortear os honorários contratuais na relação cliente e advogado, não servindo para mensurar o trabalho exercido pelo profissional no processo judicial, que compete exclusivamente ao juiz da causa, que considerará conjuntamente os critérios estabelecidos no § 2º do art. 85 do Código de Processo Civil, observando-se os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Nestes termos, considerando o valor da condenação, a simplicidade da causa, assim como os critérios

tipificados no § 2º do art. 85 do CPC, considero razoável majorar os honorários advocatícios para o valor de R\$ 1.000,00.

Por fim, verifico que o pedido de restituição em dobro mencionado no recurso não demanda análise recursal, uma vez que já decidido favoravelmente à autora na origem.

Em face do desfecho conferido ao recurso, impõe-se a redistribuição da sucumbência. Assim, arcará o réu integralmente com custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em R\$ 1.000,00.

Ante o exposto, pelo meu voto, **DÁ-SE PROVIMENTO** ao recurso da autora para o fim de condenar o réu no pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 5.000,00, assim como para ajustar os honorários advocatícios sucumbenciais fixados.

JOÃO BATTAUS NETO

Relator